



OTOC
ORDEM DOS TÉCNICOS
OFICIAIS DE CONTAS

“Métodos e Técnicas de Análise Económica e Financeira”

“EVE0211”

“Coordenador”



1.1 – Objecto e método da análise económico-financeira

Compete à análise financeira a recolha de dados e o seu estudo, a fim de fornecer informações relevantes ao gestor financeiro, através de um conjunto de técnicas que visam o estudo passado e presente da situação económico-financeira da empresa, com vista a determinar a sua provável evolução futura.

O seu objecto consiste em caracterizar a situação económica e financeira da empresa e a sua evolução ao longo de certo período de tempo (normalmente de 3 a 5 anos), com base no estudo das demonstrações financeiras e respectivos anexos.



1.1 – Objecto e método da análise económico-financeira

A empresa dispõe dos meios financeiros adequados às necessidades operacionais, ou pode vir a dispor deles sem criar relações de dependência perante terceiros.



EQUILÍBRIO FINANCEIRO



1.1 – Objecto e método da análise económico-financeira

A empresa tem capacidade de gerar valor ou rendimento que permita satisfazer todos os agentes com interesses na organização e garantir a sua sobrevivência e expansão a longo prazo.



RENDIBILIDADE / PRODUTIVIDADE



1.1 – Objecto e método da análise económico-financeira

Metodologia:

- 1.Recolha de informação contabilística e extra-contabilística;
- 2.Preparação das peças contabilísticas para análise;
- 3.Comparação ao longo de um determinado período de tempo das peças contabilísticas: Estudo da Situação Financeira (Balanço) e Económica (Demonstração dos Resultados por Naturezas);
- 4.Elaboração do Relatório Económico-Financeiro.



1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

O objectivo desta fase de preparação das peças contabilísticas, que servem de base à análise económico-financeira de uma empresa, consiste em certificar, corrigir, ajustar e arrumar as mesmas, de forma a passar de uma óptica contabilística para uma óptica financeira:

Perspectiva Contabilística vs. Financeira das Contas





1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

Principais correcções e ajustamentos ao Balanço:

- Decorrentes da CLC;
- Resultantes de informações sobre factos supervenientes;
- Os Investimentos deverão ser reconhecidos de acordo com o seu justo valor;
- Criação da rubrica de Outros Activos Não Correntes (OANC) que incluirá todos os activos correntes com liquidez superior a 1 ano;
- Evidenciar o valor dos Activos Brutos, e as respectivas Depreciações, Amortizações e Imparidades Acumuladas.



1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

Rubricas	Saldo 31/12/n	Ajustamentos				Saldo
		Débito		Crédito		Rectificado
ACTIVO NÃO CORRENTE						
Activos Fixos Tangíveis	857 825					857 825
Activos Intangíveis	2 470					2 470
Participações Financeiras	129 200					129 200
Depreciações e Amortizações	(280 825)	24 625	(11)			(256 200)
Outros Activos Não Correntes						
Gastos a Reconhecer - MLP		385	(14)			385
INVENTÁRIOS						
Matérias-Primas	170 935					170 935
Produtos Acabados	482 310					482 310
Mercadorias	47 905					47 905
Imparidades em Inventários	(55 910)	45 760	(4a)	37 798,3	(4b)	(47 948,3)
Ad. por conta de Compras		6 165	(3)			6 165
Ad. por conta de Vendas				5 525	(7)	(5 525)
...						



1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

Rubricas	Saldo 31/12/n	Ajustamentos				Saldo
		Débito		Crédito		Rectificado
CAPITAL PRÓPRIO						
Capital	250 000					250 000
Reservas	601 395					601 395
Resultados Transitados	(31 830)			7 310	(2b)	118 680
				45 760	(4a)	
				75 615	(5)	
				21 825	(11)	
Resultado Líquido do Período	77 415	300	(1)	12 045	(5)	29 190,4
		1 746,8	(2c)	2 800	(11)	
		37 798,3	(4b)			
		23 224,5	(13)			
...						



1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

Principais correcções e ajustamentos à Demonstração de Resultados:

- Decorrentes da CLC;
- Resultantes de informações sobre factos supervenientes;
- Separação dos valores associados a actividades de exploração dos valores associados a actividades de investimento / financiamento.



1.2 – Ajustamentos às Peças Contabilísticas

Rubricas	Saldo 31/12/n	Ajustamentos				Saldo Rectificado
		Débito		Crédito		
...						
Imparidade de Inventários	24 705	1 746,8	(2c)	12 045	(5)	52 205,1
...		37 798,3	(4b)			
Juros e Gastos Similares Suportados	75 000	300	(1)			75 300
Resultado Antes de Impostos	77 415					52 414,9
Imposto Sobre Rendimento		23 224,5	(13)			23 224,5
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	77 415	12 045	(5)	300	(1)	29 190,4
		2 800	(11)	1 746,8	(2c)	
				37 798,3	(4b)	
				23 224,5	(13)	
		77 914,6		77 914,6		



1.3 – Principais Mapas de Análise

Balanço Financeiro

A perspectiva financeira avalia as contas do Activo numa óptica de Aplicação de Fundos e as contas do Passivo e Capital Próprio numa óptica de Origens de Fundos.

A perspectiva financeira analisa as componentes do Balanço em termos de investimentos efectuados (Activos ou Aplicações de Fundos) e respectivas fontes de financiamento ou Origens de Fundos (Capitais Próprios ou Alheios) dando ênfase à componente temporal (MLP vs. CP).



1.3 – Principais Mapas de Análise

Demonstração dos Resultados por Naturezas Corrigida

A Demonstração dos Resultados por Naturezas corrigida para uma perspectiva financeira sofre alterações significativas em termos de arrumação de contas. O objectivo é apresentar separadamente os resultados em termos de exploração, extra-exploração e financeiros.



1.3 – Principais Mapas de Análise

1	+ Vendas de Mercadorias e Produtos
2	+ Prestação de Serviços
...	...
5	+ Outros Rendimentos de Exploração
A	= RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO (1 + 2 + 3 + 4+5)
6	- Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas
7	- Fornecimentos e Serviços Externos
...	...
12	- Outros Gastos e Perdas de Exploração
B	= GASTOS DE EXPLORAÇÃO (6 + 7 + ... + 12)
C	RESULTADO DE EXPLORAÇÃO (A - B)
13	+ Outros Rendimentos
14	- Outros Gastos
D	RESULTADO EXTRA-EXPLORAÇÃO (13 - 14)
E	= RESULTADO ANTES JUROS E IMPOSTOS (RAJI) (C + D)
15	- Juros e Gastos Similares de Financiamento Suportados
F	= RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS (RAI) (E - 15)
16	- Imposto sobre o Rendimento do Período (IRC) (F * t)
G	= RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (F - 16)
17	- Resultados a Distribuir (G * d)
H	= RESULTADOS RETIDOS (G - 17)



1.3 – Principais Mapas de Análise

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Elaborada de acordo com o modelo aprovado pela Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro, tem como principal objectivo elucidar os utentes da informação financeira do modo como a empresa gera e utiliza o dinheiro num determinado período, em termos de fluxos gerados na empresa pelas actividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Os ajustamentos efectuados no âmbito da análise financeira não implicam quaisquer alterações a nível dos recebimentos e pagamentos efectuados pela empresa.



1.3 – Principais Mapas de Análise

Rubricas		31-12-N
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	+	5.500.000
Pagamento a fornecedores	-	4.687.500
Pagamentos ao pessoal	-	240.000
Caixa gerada pelas operações	+/-	572.500
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-100.000
Outros recebimentos /pagamentos	+/-	250.000
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	+/-	722.500
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	6.000.000
...	-	
Recebimentos provenientes de:		
Subsídios ao investimento	+	500.000
...	+	
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	+/-	-5.500.000
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	+	5.000.000
...	+	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	250.000
Juros e gastos similares	-	250.000
...	-	
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	+/-	4.500.000
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	+/-	-277.500
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	300.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	22.500



1.3 – Principais Mapas de Análise

Rubricas		31-12-N
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	+	7.500.000
Pagamento a fornecedores	-	5.625.000
Pagamentos ao pessoal	-	250.000
Caixa gerada pelas operações	+/-	1.625.000
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-200.000
Outros recebimentos /pagamentos	+/-	150.000
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	+/-	1.575.000
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-	50.000
...	-	
Recebimentos provenientes de:		
...	+	
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	+/-	-50.000
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
...	+	
Outras operações de financiamento	+	40.000
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	1.000.000
Juros e gastos similares	-	250.000
Dividendos	-	75.000
...	-	
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	+/-	-1.285.000
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	+/-	240.000
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	120.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	360.000



1.3 – Principais Mapas de Análise

Rubricas		31-12-N
<u>Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais - método directo</u>		
Recebimentos de clientes	+	4.600.000
Pagamento a fornecedores	-	3.200.000
Pagamentos ao pessoal	-	275.000
Caixa gerada pelas operações	+/-	1.125.000
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	-240.000
Outros recebimentos /pagamentos	+/-	25.000
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)	+/-	910.000
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento</u>		
Pagamentos respeitantes a:		
...	-	
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	+	400.000
Investimentos financeiros	+	50.000
...	+	
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)	+/-	450.000
<u>Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento</u>		
Recebimentos provenientes de:		
...	+	
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-	50.000
Juros e gastos similares	-	25.000
Dividendos	-	1.000.000
Outras operações de financiamento	-	80.000
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)	+/-	-1.155.000
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	+/-	205.000
Efeito das diferenças de câmbio	+/-	
Caixa e seus equivalentes no início do período	...	50.000
Caixa e seus equivalentes no fim do período	...	255.000



2.1 – Equilíbrio Financeiro

A estrutura financeira de uma empresa está equilibrada quando em cada momento, existam meios financeiros suficientes para liquidar as dívidas que se vão vencendo, ou seja, quando o grau liquidez das Aplicações de Fundos se encontra em equilíbrio com o grau exigibilidade das Origens de Fundos.

Esta regra é denominada a Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo e caracteriza-se pela compatibilização entre o grau de liquidez das aplicações (aptidão destas para se transformarem em meios líquidos) e o grau de exigibilidade das origens (aptidão destas para se transformarem em pagamentos).



2.1 – Equilíbrio Financeiro

Graficamente:

Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo

ORIGENS	APLICAÇÕES
Capitais Permanentes	Activo Não Corrente
Passivo Corrente	Activo Corrente



2.1 – Equilíbrio Financeiro

Considere-se o seguinte exemplo:

Activo Corrente:

Meios Financeiros Líquidos	6.000	
Clientes Curto Prazo	5.000	
Inventários	<u>14.000</u>	25.000

Passivo Corrente:

Fornecedores	10.000	
Estado e OEP	5.000	
Financiamentos Obtidos	<u>10.000</u>	25.000



2.1 – Equilíbrio Financeiro

Considerando que os Clientes vencem-se a 30 dias, o ciclo dos Inventários é de 30 dias, as dívidas a Fornecedores e ao Estado vencem-se a 30 dias e o Financiamento a 15 dias, verifica-se que embora o Activo Corrente seja igual ao Exigível a Curto Prazo, a empresa irá entrar em ruptura de Tesouraria, dado que a Regra do Equilíbrio Financeiro Mínimo não tem em conta a velocidade de rotação do Activo Corrente. Ou seja:

	Hoje	a 15 dias	a 30 dias	a 60 dias
Disponível	6.000		5.000	14.000
Exigível		10.000	15.000	
SALDO	6.000	(4.000)	(14.000)	0



2.2 – Fundo de Maneio

Por uma questão de prudência, é necessário que o valor dos Activos Correntes exceda o Passivo Corrente, de forma a cobrir falhas nas vendas estimadas de Mercadorias ou no não cumprimento dos prazos por parte dos Clientes.

Graficamente:

APLICAÇÕES	ORIGENS
Activo não corrente	Capitais Permanentes
MARGEM DE SEGURANÇA	
Activo Corrente	Passivo Corrente



2.2 – Fundo de Maneio

O mesmo será dizer que os Capitais Permanentes devem financiar todo o Activo Não Corrente e ainda parte do Activo Corrente. A esta Margem de Segurança dá-se o nome de Fundo de Maneio.

FUNDO MANEIO = Capitais Permanentes – Activo Não Corrente

Desta forma, devemos definir Fundo de Maneio como o valor corresponde à parte dos Capitais Permanentes que não é absorvida no financiamento do Activo Não Corrente e que, consequentemente, está aplicada na cobertura das necessidades de financiamento do ciclo de exploração.



2.2 – Fundo de Maneio

Por este raciocínio facilmente se chega à conclusão que o Fundo de Maneio se trata de um indicador de médio e longo prazo e não de curto prazo. Logo, apenas as variações dos capitais a médio longo prazo, afectos à decisões de Investimento e de Financiamento, promovem alterações no valor do Fundo de Maneio.

$$\Delta \text{FM} = \Delta \text{ Capitais Permanentes} - \Delta \text{ Activo Não Corrente}$$

Considere-se o seguinte exemplo:



2.2 – Fundo de Maneio

A constituição da Empresa Alfa com a correspondente realização de Capital Social

APLICAÇÕES		ORIGENS	
Meios Financeiros Líq.	80.000	Capital Próprio	80.000
FUNDO DE MANEIO = 80.000 - 0 = 80.000			

A posterior aquisição e instalação de Activos Fixos Tangíveis

APLICAÇÕES		ORIGENS	
Activos Fixos Tangíveis	40.000	Capital Próprio	80.000
Meios Financeiros Líq.	40.000		
FUNDO DE MANEIO = 80.000 - 40.000 = 40.000			



2.2 – Fundo de Maneio

A compra de Mercadorias (30.000 a crédito e 10.000 a pronto)

APLICAÇÕES		ORIGENS	
Activos Fixos Tangíveis	40.000	Capital Próprio	80.000
Inventários	40.000	Fornecedores	
Meios Financeiros Líq.	30.000		30.000
FUNDO DE MANEIO = 80.000 - 40.000 = 40.000			

O FM permanece estável perante decisões de curto prazo



2.3 – Fundo de Maneio Necessário

O Fundo de Maneio Necessário (FMN) corresponde ao valor do Fundo de Maneio que a empresa necessita ter para funcionar normalmente e de acordo com os valores e prazos estabelecidos como normais para o seu tipo de actividade. O FMN está principalmente associado ao normal funcionamento do Ciclo de Exploração e, desta forma, é dado especial relevo aos capitais circulantes.

O FMN é calculado pela diferença entre as necessidades e os recursos financeiros, que devem ser especificados quanto à sua ligação às actividades principais da empresa (exploração) ou restantes actividades (extra-exploração).



2.3 – Fundo de Maneio Necessário

O Fundo de Maneio Necessário (FMN) corresponde ao valor do Fundo de Maneio que a empresa necessita ter para funcionar normalmente e de acordo com os valores e prazos estabelecidos como normais para o seu tipo de actividade.

O FMN é calculado pela diferença entre as necessidades e os recursos financeiros, que devem ser especificados quanto à sua ligação às actividades principais da empresa (exploração) ou restantes actividades (extra-exploração).

$$\text{FMN} = \text{FMN Exploração} + \text{FMN Extra-exploração}$$



2.3 – Fundo de Maneio Necessário

O Fundo de Maneio Necessário de Exploração (FMNE) corresponde ao conjunto das Necessidades Financeiras de Exploração (ou Necessidades Cíclicas – NC), cujo financiamento não se encontra assegurado por Recursos Financeiros de Exploração (ou Recursos Cíclicos – RC).

$$\text{FMNE} = \text{Necessidades de Exploração} - \text{Recursos de Exploração}$$

NC	Meios Financeiros Líquidos	Fornecedores	RC
	Clientes	Estado e OEP	
	Inventários	FMN Exploração	



2.3 – Fundo de Maneio Necessário

O Fundo de Maneio Necessário Extra-exploração (FMNEE) corresponde ao conjunto das Necessidades Financeiras Extra-exploração, cujo financiamento não se encontra assegurado por Recursos Financeiros Extra-exploração.

$$\text{FMNEE} = \text{Necessidades Extra-exploração} - \text{Recursos Extra-exploração}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

A Tesouraria reflecte então o confronto entre o Fundo de Maneio que a empresa efectivamente tem (e que é calculado com base no valor das rubricas que constam no Balanço Financeiro) e o Fundo de Maneio Necessário ao normal funcionamento da empresa (calculado com base em informação extra-contabilística, tais como, prazos e montantes de créditos negociados (obtidos e concedidos), níveis de *stock* desejáveis, valores mínimos a dispor nas contas de Meios Financeiros Líquidos, etc.).



2.4 – Tesouraria da Empresa



Estados da tesouraria da empresa:

Tesouraria Deficitária ou Negativa

$$FM < FMN$$

Tesouraria Equilibrada ou Nula

$$FM = FMN$$

Tesouraria Excedentária ou Positiva

$$FM > FMN$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático

1. Capitais Permanentes	
2. Activo Não Corrente	
3. FUNDO MANEIO (1 - 2)	
4. Necessidades de Exploração	
5. Recursos de Exploração	
6. FUNDO MANEIO NECESSÁRIO DE EXPLORAÇÃO (4 – 5)	
7. Necessidades Extra-exploração	
8. Recursos Extra-exploração	
9. FM NECESSÁRIO EXTRA-EXPLORAÇÃO (7 - 8)	
10. FM NECESSÁRIO (6 + 9)	
11. TESOURARIA GLOBAL (3 - 10)	
12. Representação de Tesouraria	
(+) Elementos Activos de Tesouraria	
(-) Elementos Passivos de Tesouraria	
(=) Tesouraria Global	



2.4 – Tesouraria da Empresa



Os Elementos Activos de Tesouraria constituem elementos com acentuado grau de liquidez: valores acima do normal dos Activos Correntes e valores abaixo do normal dos Passivos Correntes.

Os Elementos Passivos de Tesouraria constituem elementos com acentuado grau de exigibilidade: valores acima do normal dos Passivos Correntes e valores abaixo do normal dos Activos Correntes.



2.4 – Tesouraria da Empresa

Caso Prático

Inventários:

Balanço: Inventários: 70.000

CMVMC: 540.000

Stock Médio: 30 dias

Stock Médio (normal):

$$\frac{540.000}{12} = 45.000 \Rightarrow \text{Necessidades Financeiras (FMNE)}$$

Valor acima do considerado normal:

$$70.000 - 45.000 = 25.000 \Rightarrow \text{EAT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Clientes:

Balanço: Clientes: 235.000

Vendas Anuais: 900.000

Prazo Conc. Clientes: 75 dias

Crédito Negociado (normal):

$$\frac{900.000}{360} \times 75 \times 1,23 \text{ (IVA)} = 230.625 \Rightarrow \text{Nec. Financ. (FMNE)}$$

Valor acima do considerado normal:

$$235.000 - 230.625 = 4.375 \Rightarrow \text{EAT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Meios Financeiros Líquidos:

Balanço: Meios Financeiros Líquidos: 53.000

Reserva de Segurança de Tesouraria:

20.000 $\Rightarrow$ Necessidades Financeiras (FMNE)

Valor acima do considerado normal:

$$53.000 - 20.000 = 33.000 \Rightarrow \text{EAT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Fornecedores:

Balanço: Passivo Corrente: 145.000

Compras Anuais e FSE: 540.000+60.000

Prazo Concedido Fornecedores: 120 dias

Crédito Negociado (normal):

$$\frac{600.000}{360} \times 120 \times 1,23 \text{ (IVA)} = 246.000 \Rightarrow \text{Rec. Financ. (FMNE)}$$

Valor abaixo do considerado normal:

$$246.000 - 145.000 = 101.000 \Rightarrow \text{EAT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Adiantamento de Clientes:

Balanço: Passivo Corrente: 30.000

**Vendas: 900.000 Adiantamento de clientes : 10% Vendas
anuais**

Adiantamentos Negociados (normal):

$900.000 \times 10\% \times 1,23 \text{ (IVA)} = 110.700 \Rightarrow \text{Rec. Financ. (FMNE)}$

Valor abaixo do considerado normal :

$110.700 - 30.000 = 80.700 \Rightarrow \text{EAT}$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Conta Corrente Caucionada:

Balanço: Passivo Corrente: 100.000

Conta Corrente Caucionada Renovável (normal):

15.000 $\Rightarrow$ Recursos Financeiros (FMNEE)

Valor acima do considerado normal :

$$100.000 - 15.000 = 85.000 \Rightarrow \text{EPT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Outras Contas a Pagar:

Balanço: Passivo Corrente: 55.000

Outras Contas a Pagar (normal): 0

Valor acima do considerado normal :

$$55.000 - 0 = 55.000 \Rightarrow \text{EPT}$$



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático

	31/12/N
Capitais Permanentes	
Capital realizado	60.000
Resultados transitados	28.000
Resultado líquido do período	15.000
Financiamentos obtidos	300.000
Total dos capitais permanentes	403.000
Activo não corrente	375.000
Fundo de Maneio	28.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático

(...)

Necessidades de Exploração	
Inventários	45.000
Clientes	230.625
Reserva de segurança de tesouraria	20.000
Total das necessidades de exploração	295.625
Recursos de Exploração	
Fornecedores	246.000
Adiantamentos de clientes	110.700
Total dos recursos de exploração	356.700
FMNE	-61.075

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático

(...)

Necessidades de Extra-exploração	0
Recursos de Extra-exploração	15.000
FMNEE	-15.000
FMN	-76.075
Tesouraria Global	104.075

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático

(...)

Representação da T.G.	
EAT	
Inventários	25.000
Clientes	4.375
Meios financeiros líquidos	33.000
Fornecedores	101.000
Adiantamento de clientes	80.700
	244.075
EPT	
Outras Contas a Pagar	55.000
Financiamentos obtidos	85.000
	140.000
Tesouraria Global	104.075



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 2

	31/12/N
Capitais Permanentes	
Capital realizado	200.000
Resultados transitados	75.000
Resultado líquido do período	20.000
Financiamentos obtidos	150.000
Total dos capitais permanentes	445.000
Activo não corrente	400.000
Fundo de Maneio	45.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 2

(...)

Necessidades de Exploração	
Inventários	100.000
Clientes	300.000
Reserva de segurança de tesouraria	25.000
Total das necessidades de exploração	425.000
Recursos de Exploração	
Fornecedores	250.000
Adiantamentos de clientes	50.000
Total dos recursos de exploração	300.000
FMNE	125.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 2

(...)

Necessidades de Extra-exploração	0
Recursos de Extra-exploração	20.000
FMNEE	-20.000
FMN	105.000
Tesouraria Global	-60.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 2

(...)

Representação da T.G.	
EAT	
Meios financeiros líquidos	5.000
Cientes	6.000
Outras contas a receber	10.000
	21.000
EPT	
Inventários	10.000
Fornecedores	21.000
Financiamentos obtidos	50.000
	81.000
Tesouraria Global	-60.000



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 3

	31/12/N
Capitais Permanentes	
Capital realizado	150.000
Resultados transitados	25.000
Resultado líquido do período	10.000
Financiamentos obtidos	150.000
Total dos capitais permanentes	335.000
Activo não corrente	375.000
Fundo de Maneio	-40.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 3

(...)

Necessidades de Exploração	
Inventários	75.000
Clientes	150.000
Reserva de segurança de tesouraria	10.000
Total das necessidades de exploração	235.000
Recursos de Exploração	
Fornecedores	270.000
Adiantamentos de clientes	0
Total dos recursos de exploração	270.000
FMNE	-35.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 3

(...)

Necessidades de Extra-exploração	0
Recursos de Extra-exploração	50.000
FMNEE	-50.000
FMN	-85.000
Tesouraria Global	45.000

(...)



2.4 – Tesouraria da Empresa

Balanço Esquemático Exemplo 3

(...)

Representação da T.G.	
EAT	
Meios financeiros líquidos	20.000
Clientes	15.000
Outras contas a receber	10.000
Fornecedores	20.000
	65.000
EPT	
Inventários	10.000
Financiamentos obtidos	10.000
	20.000
Tesouraria Global	45.000



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

A Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos (DOAF), apesar de não integrar as Demonstrações Financeiras das empresas, é um importante instrumento para a análise do equilíbrio financeiro. Apresenta as alterações ocorridas na posição financeira da empresa num determinado período (normalmente anual), permitindo o estudo da interdependência das variações das diferentes rubricas do Balanço.

A DOAF é construída através das variações ocorridas nas rubricas entre dois Balanços sucessivos.



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

A DOAF requer a elaboração de dois mapas auxiliares, nomeadamente, o Mapa de Mutação de Valores (MMV) e a Demonstração de Variações de Fundos Circulantes (DVFC), sendo seus objectivos principais, numa perspectiva financeira, analisar os seguintes aspectos:

- Financiamento da empresa no médio e longo prazo
- Investimento e/ou desinvestimento efectuado
- Distribuição de resultados
- A variação do Fundo de Maneio



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

O Mapa de Mutação de Valores (MMV) não apresenta interesse do ponto de vista de análise. Serve apenas como mapa de apoio à construção da DOAF, mediante a apresentação de todas as rubricas do Balanço, (normalmente as contas de Inventários e de Contas a Receber apresentam-se líquidas das respectivas Imparidades), agrupadas em dois grandes grupos:

- Grupo I: relativo às contas de capitais correntes ou de curto prazo;
- Grupo II: relativo às contas de capitais não correntes, permanentes ou de médio longo prazo.



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

As variações activas e passivas são calculadas pelo aumento ou diminuição dos saldos das contas, da forma seguinte:

Variações Activas: correspondente a acréscimos nos saldos devedores nas contas do Activo e diminuições nos saldos credores nas contas do Passivo e do Capital Próprio;

Variações Passivas: correspondente a acréscimos nos saldos credores nas contas do Passivo e do Capital Próprio e diminuições nos saldos devedores nas contas do Activo.



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Rubricas	Ano n	Ano n + 1	Variações Activas	Variações Passivas
GRUPO I				
Meios Financeiros Líquidos				
Contas a Receber - Curto Prazo				
Inventários e Activos Biológicos				
Diferimentos (Activo)				
Activos Fin. Detidos p/ Negoc.				
Activos Não Corr. Det. p/ Venda				
Contas a Pagar - Curto Prazo				
Diferimentos (Passivo)				
Passivos Fin. Detidos p/ Negoc.				
Outros Passivos Financeiros - CP				
Passivos Não Corr. Det. p/ Venda				
GRUPO II				
Depreciações Amortiz. Acumul.				
Activos Não Correntes Brutos				
Passivo Não Corrente				
Capital Próprio				
Totais	x	y	z	z



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

A Demonstração de Variações de Fundos Circulantes (DVFC) já apresenta algum interesse do ponto de vista de análise, dado que permite detectar os “investimentos” e as “fontes de financiamento” de curto prazo que foram efectuados durante o período em estudo.

A DVFC é elaborada recorrendo às contas do Grupo I do MMV.



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Variações Activas		Variações Passivas	
Aumento de Inventários e Act. Biol. Aumento de Contas a Receber – CP Aumento dos Meios Financ. Líquidos Aumento dos Diferimentos (Activo) Aumento Activos Fin. Det. p/ Negoc. Aum. Activos Não Corr Det. p/ Venda		Diminuição de Inventários e Activos Biol. Diminuição de Contas a Receber – CP Diminuição dos Meios Financ. Líquidos Diminuição dos Diferimentos (Activo) Diminuição Activos Fin. Det. p/ Negoc. Dimin. Activos Não Corr. Det. p/ Venda	
Diminuição de Contas a Pagar - CP Diminuição de Diferimentos (Passivo) Dimin. de Passivos Fin. Det p/ Negoc. Dimin. de Outros Passivos Financ. - CP Dimin. Pass. Não Corr. Det. p/ Venda		Aumento de Contas a Pagar - CP Aumento de Diferimentos (Passivo) Aum. de Passivos Fin. Det. p/ Negoc. Aum. de Outros Passivos Financ. - CP Aum. Passivos Não Corr. Det. p/ Venda	
Sub-total	A	Sub-total	B
Redução dos Fundos Circulantes	C	Aumento dos Fundos Circulantes	D
TOTAL	E	TOTAL	E



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

A Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos (DOAF) centra-se essencialmente nas variações registadas nas contas de carácter não corrente, permanente ou de médio longo prazo, ou seja, nas contas do Grupo II do MMV.

A DOAF pretende evidenciar as novas e efectivas fontes de financiamento (Origens de Fundos) a que a empresa recorreu para fazer face a novos e efectivos investimentos (Aplicações de Fundos) durante um determinado período.

Excluem-se da DOAF as variações ocorridas entre contas que constituem meras transferências internas



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

ORIGENS	APLICAÇÕES
INTERNAS RLíquido do Período: Lucro (+) Prejuízo (-) Deprec. e Amortiz.: Gastos (+) Reversões (-) Impar. Invest. Deprec.: Perdas (+) Rever. (-) Provisões: Reduções (+) Aumentos (-) Impar. Inv. Não Deprec.: Perdas (+) Rever. (-) Var. de Justo Valor: Reduções (+) Aumentos (-)	Redução do Capital Próprio Capital Realizado Distribuição de Resultados Distribuição de Reservas
EXTERNAS Aumento do Capital Próprio Capital Realizado Reservas Especiais Cobertura de Prejuízos Movimentos Financeiros a ML Prazo Redução de Participações Financeiras Redução de Accionistas / Sócios Redução de Outros Activos Financeiros Redução de Activos por Impostos Diferidos Redução de OANC Aumento do Passivo Não Corrente Desinvestimentos Cessão de Activos Fixos Tangíveis Cessão de Activos Intangíveis Cessão de Propriedades de Investimento Cessão de Activos Biológicos Não Correntes	Movimentos Financeiros a ML Prazo Aumento de Participações Financeiras Aumento de Accionistas / Sócios Aumento de Outros Activos Financeiros Aumento de Activos por Impostos Diferidos Aumento de OANC Redução do Passivo Não Corrente Investimentos Activos Fixos Tangíveis Activos Intangíveis Propriedades de Investimento Activos Biológicos Não Correntes
Redução dos Fundos Circulantes	Aumento dos Fundos Circulantes
TOTAL t	TOTAL t



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Exemplo 1

Demonstração de Variação dos Fundos Circulantes

Variações Activas	31/12/N	Variações Passivas	31/12/N
Aumentos de Inventários	0	Diminuições de Inventários	20.000
Aumentos de Contas a receber	20.000	Diminuições de Contas a receber	0
Aumentos de Meios financ. líquidos	15.000	Diminuições de Meios financ. líquidos	0
Diminuições de Passivo corrente	0	Aumentos de Passivo corrente	140.000
Total	35.000	Total	160.000
Redução dos fundos circulantes	125.000	Aumento dos fundos circulantes	0
Total	160.000	Total	160.000



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos

Origens	31/12/N	Aplicações	31/12/N
Internas		Redução dos Cap. Próprios	
Resultado líquido do período	-15.000	Distribuição de resultados N	
Depreciações e Amort. Exerc.	250.000	Distribuição de resultados anos ant.	
Imparidades investim. Financ.	40.000		
Provisões			
Externas		Mov. Financeiros de MLP	
Aumento do capital próprio		Passivo não corrente	250.000
Capital realizado	100.000		
Mov. Financ. MLP		Investimentos	
Dívidas a sócios		Activos fixos tangíveis	260.000
		Investimentos em curso	
Desinvestimentos			
Activos fixos tangíveis	10.000		
Redução dos Fundos Circulantes	125.000	Aumento dos Fundos Circulantes	0
Total	510.000	Total	510.000

Exemplo 1



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Exemplo 2

Demonstração de Variação dos Fundos Circulantes

Variações Activas	31/12/N	Variações Passivas	31/12/N
Aumentos de Inventários	114.500	Diminuições de Inventários	
Aumentos de Contas a receber	167.600	Diminuições de Contas a receber	500
Aumentos de Meios financ. líquidos	0	Diminuições de Meios financ. líquidos	14.500
Diminuições de Passivo corrente	0	Aumentos de Passivo corrente	229.625
Total	282.100	Total	244.625
Redução dos fundos circulantes	0	Aumento dos fundos circulantes	37.475
Total	282.100	Total	282.100



2.5 – Demonstração da Origem e da Aplicação de Fundos

Exemplo 2

Demonstração de Origens e Aplicações de Fundos

Origens	31/12/N	Aplicações	31/12/N
Internas		Redução dos Cap. Próprios	
Resultado líquido do período	3.375	Distribuição de resultados N	
Depreciações e Amort. Exerc.	29.000	Distribuição de resultados anos ant.	29.500
Imparidades investim. Financ.			
Provisões	-7.400		
Externas		Mov. Financeiros de MLP	
Aumento do capital próprio		OANC	
Capital realizado		Financiamentos obtidos	0
Mov. Financ. MLP		Investimentos	
Financiamentos obtidos	100.000	Activos fixos tangíveis	25.500
		Investimentos em curso	40.000
Desinvestimentos			
Activos fixos tangíveis	7.500		
Redução dos Fundos Circulantes	0	Aumento dos Fundos Circulantes	37.475
Total	132.475	Total	132.475



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

A análise à estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos tem como principal objectivo verificar a evolução da estrutura financeira da empresa.

O estudo de um Balanço apresenta carácter estático, enquanto que o estudo de Balanços Sucessivos apresenta um carácter dinâmico e facilita a visualização dos dados necessários à análise.

A visualização de balanços sucessivos não é por si uma técnica de análise mas ajuda o analista a tomar consciência das alterações mais significativas ocorridas nas grandes áreas do balanço.



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

Em percentagens (exemplo 1):

Rubricas	Ano N			Ano N+1
	Saldos	% (1)	%(2)	
Aplicações de fundos				
1- Activo não corrente			%	
2- Inventários e activos biológicos		%	%	
3- Contas a receber a curto prazo		%	%	
4- Meios financeiros líquidos		%	%	
5- Activo corrente (2+3+4)		100		
Total das aplicações de fundos (1+5)			100	
Origens de fundos				
1- Capital próprio		%	%	
2- Passivo não corrente		%	%	
3- Passivo corrente		%	%	
4- Passivo Total (2+3)		%		
5- Capital Permanente (1+2)		100	%	
Total das origens de fundos			100	



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

Em percentagens (exemplo 2):

Rubricas	N	N+1	%	N+2	%
Aplicações de Fundos					
1- Activo não corrente					
2- Inventários e activos biológicos					
3- Contas a receber a curto prazo					
4- Meios financeiros líquidos					
5- Activo corrente (2+3+4)					
Total das Aplicações de Fundos (1+5)					
Origens de Fundos					
1- Capital próprio					
2- Passivo não corrente					
3- Passivo corrente					
4- Passivo total (2+3)					
5- Capital permanente (1+2)					
Total das Origens de Fundos (1+4)					



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

Em números índices de base móvel:

Rubricas	Valores			Índices	
	N	N+1	N+2	N+1/N	N+2/N+1
Aplicações de Fundos 1- Activo não correntes 2- Inventários e activos biológicos 3- Contas a receber a c/prazo 4- Meios financeiros líquidos 5- Activo corrente (2+3+4) Total das Aplicações de Fundos (1+5)					
Origens de Fundos 1- Capital próprio 2- Passivo não corrente 3- Passivo corrente 4- Passivo total (2+3) 5- Capital permanente (1+2) Total das Origens de Fundos (1+4)					



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

Em números índices de base fixa:

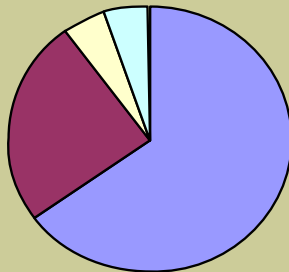
Rubricas	Valores			Índices		
	N	N+1	N+2	N	N+1	N+2
Aplicações de Fundos						
1- Activo não correntes				100		
2- Inventários e activos biológicos				100		
3- Contas a receber a c/prazo				100		
4- Meios financeiros líquidos				100		
5- Activo corrente (2+3+4)				100		
Total das Aplicações de Fundos (1+5)				100		
Origens de Fundos						
1- Capital próprio				100		
2- Passivo não corrente				100		
3- Passivo corrente				100		
4- Passivo total (2+3)				100		
5- Capital permanente (1+2)				100		
Total das Origens de Fundos (1+4)				100		



2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

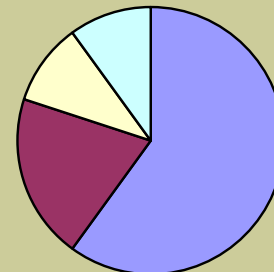
Em gráfico (exemplo 1):

Estrutura do Activo - N+1



- Activo Não Corr.
- Inventários
- Contas a Rec. c/p
- Meios Finc. Liq.

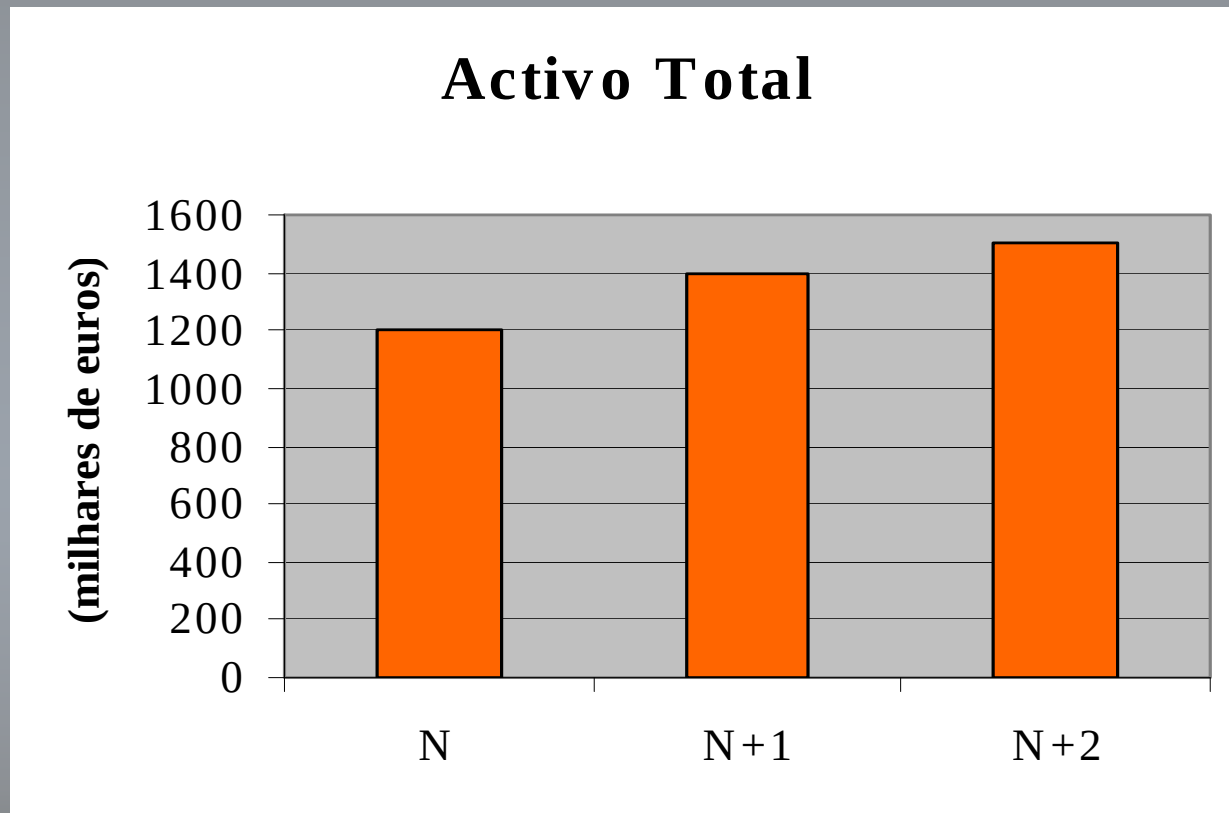
Estrutura do Activo - N+2





2.6 – Estrutura das Aplicações e das Origens de Fundos

Em gráfico (exemplo 2):





2.7 – Análise de Rácios

A análise de rácios constitui uma das principais técnicas de análise no âmbito da análise financeira, dado que permite reduzir toda a informação relevante constante num complexo conjunto de informações financeiras, a um conjunto limitado de indicadores económico-financeiros.

O cálculo de rácios é utilizado na análise das informações financeiras de uma empresa a fim de se avaliar a sua situação económico-financeira num dado momento e/ou a sua evolução ao longo de vários períodos e compará-la com a situação de outras empresas do mesmo sector e/ou com os valores médios do sector.



2.7 – Análise de Rácios

Contudo, o método de análise de rácios apresenta diversas limitações, que embora não invalidem a sua utilização, exigem ao analista um permanente estado de alerta aquando da sua aplicação.



2.7 – Análise de Rácios

Contudo, o método de análise de rácios apresenta diversas limitações, que embora não invalidem a sua utilização, exigem ao analista um permanente estado de alerta aquando da sua aplicação.

É difícil e um pouco arbitrário classificar os rácios por categorias, contudo é usual considerar-se a seguinte distinção:

- Rácios de liquidez
 - Rácios de endividamento
 - Rácios de actividade ou gestão
- } Rácios de estrutura ou situação



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Liquidez

Permitem avaliar a capacidade da empresa cumprir os seus compromissos de curto prazo, ou seja, avaliam o equilíbrio financeiro de curto prazo.

$$\text{Liquidez Geral (Lg)} = \frac{\text{Activo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$$

$$\text{Liquidez Reduzida (Lr)} = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos} + \text{Contas a Receber}}{\text{Passivo Corrente}}$$

$$\text{Liquidez Imediata (Li)} = \frac{\text{Meios Financeiros Líquidos}}{\text{Passivo Corrente}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Liquidez

$$\text{Taxa de Cobertura do Activo Corrente} = \frac{\text{Fundo de Maneio}}{\text{Activo Corrente}}$$

$$\text{Taxa de Cobertura dos Inventários} = \frac{\text{Fundo de Maneio}}{\text{Inventários}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Liquidez – Exemplo

Com base nos dados do Anexo 1 teremos:

$$Lg_{N-1} = 952.000 / 813.000 = 1,17$$

$$Lg_N = 962.000 / 807.000 = 1,19$$

$$Lr_{N-1} = (952.000 - 222.000) / 813.000 = 0,90$$

$$Lr_N = (962.000 - 220.000) / 807.000 = 0,92$$

$$Li_{N-1} = 120.000 / 813.000 = 0,15$$

$$Li_N = 107.000 / 807.000 = 0,13$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Liquidez – Exemplo

$$\text{TCAC}_{N-1} = 139.000 / 952.000 = 0,15$$

$$\text{TCAC}_N = 155.000 / 962.000 = 0,16$$

$$\text{TCI}_{N-1} = 139.000 / 222.000 = 0,63$$

$$\text{TCI}_N = 155.000 / 220.000 = 0,70$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Endividamento

Permitem complementar a análise das políticas de investimento, avaliar a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos no médio e longo prazo e determinar a sua dependência face a terceiros, ou seja, avaliam o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo.

$$\text{Renovação dos Activos Fixos Tangíveis (RAFT)} = \frac{\text{Investimento em Activos Fixos Tangíveis do Período}}{\text{Depreciações dos Activos Fixos Tangíveis do Período}}$$

$$\text{Grau de Envelhecimento dos Activos Fixos Tangíveis (GEAFT)} = \frac{\text{Depreciações Acumuladas dos Activos Fixos Tangíveis}}{\text{Activos Fixos Tangíveis Brutos}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Endividamento

$$\text{Solvabilidade (Solv)} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

$$\text{Autonomia Financeira (AF)} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Líquido}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Endividamento

$$\text{Cob. do Activo Não Corrente por Capitais Permanentes (CANCCP)} = \frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Activo Não Corrente}}$$

$$\text{Financiamento do Investimento (FI)} = \frac{\text{Variações dos Cap. Permanentes}}{\text{Variações do Activo Não Corrente}}$$

$$\text{Capacidade de Endividamento (CE)} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capitais Permanentes}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Endividamento – Exemplo

Com base nos dados do Anexo 1 teremos:

$$\text{EAFT}_{N-1} = 420.000 / 650.000 = 46,67\%$$

$$\text{EAFT}_N = 400.000 / 640.000 = 39,60\%$$

$$\text{Solv}_{N-1} = 419.000 / 1.013.000 = 41,36\%$$

$$\text{Solv}_N = 455.000 / 1.117.000 = 40,73\%$$

$$\text{AF}_{N-1} = 419.000 / 1.432.000 = 29,26\%$$

$$\text{AF}_N = 455.000 / 1.572.000 = 28,94\%$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Endividamento – Exemplo

Com base nos dados do Anexo 1 teremos:

$$\text{CANCCP}_{N-1} = 619.000 / 480.000 = 1,29$$

$$\text{CANCCP}_N = 765.000 / 610.000 = 1,25$$

$$\text{FI}_{N-1} = \text{ND}$$

$$\text{FI}_N = (765.000 - 619.000) / (610.000 - 480.000) = 1,12$$

$$\text{CE}_{N-1} = 419.000 / 619.000 = 0,68$$

$$\text{CE}_N = 455.000 / 765.000 = 0,59$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Actividade ou Gestão

Pretendem medir o grau de eficiência na utilização dos recursos postos à disposição da empresa, ou seja, avaliam a capacidade de gestão da empresa.

$$\text{Prazo Médio de Recebimento (PMR)} = \frac{\text{Clientes}^{(1)}}{\text{Volume de Negócios}^{(2)}} \times 12 \text{ meses (ou 360 dias)}$$

(1) Total de crédito concedido, ou seja, incluir os Clientes c/ Títulos e o valor das letras descontadas e ainda não vencidas.

(2) Valor com IVA incluído, uma vez que o IVA também se encontra incluído no valor da conta de Clientes

$$\text{Prazo Médio de Pagamento (PMP)} = \frac{\text{Fornecedores}^{(3)}}{\text{Compras}^{(4)}} \times 12 \text{ meses (ou 360 dias)}$$

(3) Total de crédito obtido, ou seja, incluir os Fornecedores c/ Títulos. Pode também ser incluído o valor referente a Outras Contas a Pagar.

(4) Valor com IVA incluído, uma vez que o IVA também se encontra incluído no valor da conta de Fornecedores. Se for incluído no numerador a conta de Outras Contas a Pagar, deve ser incluído o valor dos respectivos bens ou serviços adquiridos.



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Actividade ou Gestão

$$\text{Duração Média dos Inventários (DMI)} = \frac{\text{Stock Médio}^{(5)}}{\text{CMVMC}} \times 12 \text{ meses (ou 360 dias)}$$

(5) O *Stock Médio* corresponde à média aritmética simples entre o *stock* existente no início do exercício e o existente no final, ou seja, Inventários Iniciais + Inventários Finais.

$$\text{Rotação dos Inventários (RI)} = \frac{\text{CMVMC}}{\text{Stock Médio}}$$

$$\text{Rotação do Activo} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Activo Total}}$$

$$\text{Rotação do Capital Próprio} = \frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Capital Próprio}}$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Actividade ou Gestão – Exemplo

Com base nos dados do Anexo 1 teremos:

$$\text{PMR}_{N-1} = (470.000 / 2.600.000) * 360 = 65$$

$$\text{PMR}_N = (480.000 / 2.700.000) * 360 = 64$$

$$\text{PMP}_{N-1} = (440.000 / 2.230.000) * 360 = 71$$

$$\text{PMP}_N = (450.000 / 2.288.000) * 360 = 71$$

$$\text{DMI}_{N-1} = (222.000 / 2.230.000) * 360 = 36$$

$$\text{DMI}_N = (221.000 / 2.290.000) * 360 = 35$$



2.7 – Análise de Rácios

Rácios de Actividade ou Gestão – Exemplo

$$RI_{N-1} = (2.230.000 / 222.000) = 10,05$$

$$RI_N = (2.290.000 / 221.000) = 10,41$$

$$RA_{N-1} = (2.600.000 / 1.432.000) = 1,82$$

$$RA_N = (2.700.000 / 1.572.000) = 1,72$$

$$RCP'_{N-1} = (2.600.000 / 419.000) = 6,21$$

$$RCP'_N = (2.700.000 / 455.000) = 5,93$$



2.7 – Análise de Rácios

	Empresa - Anexo1		Construção	Comércio Grosso Alim. e Bebidas	Restauração e Similares
	N-1	N			
LG	1,17	1,19	1,79	1,30	0,79
LR	0,90	0,92	0,61	1,05	0,62
LI	0,15	0,13	0,12	0,22	0,28
TCAC	0,15	0,16	0,44	0,23	-0,26
TCI	0,63	0,70	0,67	1,18	-1,20
EAFT	46,67%	39,60%	34,06%	44,47%	48,03%
Solv	41,36%	40,73%	27,89%	43,15%	17,55%
AF	29,26%	28,94%	21,81%	30,14%	14,93%
CANCCP	1,29	1,25	2,82	1,49	0,81
FI		1,12	-0,87	0,30	0,63
CE	0,68	0,59	0,40	0,63	0,32
PMR (dias)	65	64	113	66	15
PMP (dias)	71	71	433	68	80
DMI	36	35	1858	33	59
RI	10,05	10,41	0,19	11,05	6,08
RA	1,82	1,72	0,41	1,77	1,22
RCP'	6,21	5,93	1,89	5,86	8,20



3 – Estudo da Situação Económica

O estudo da situação económica destina-se a avaliar a capacidade da empresa de gerar valor ou rendimento que permita satisfazer todos os agentes com interesses na organização e garantir a sua sobrevivência e expansão a longo prazo.



3.1 – Estrutura de Gastos

A análise à estrutura dos Gastos tem como principal objectivo verificar a evolução das contas de gastos da empresa, a fim de apreciar alterações significativas que possam condicionar a rendibilidade da empresa, centrando-se essencialmente no estudo da Demonstração de Resultados Corrigida.

Alterações significativas nas contas alertam o analista para a necessidade de aprofundar o estudo em relação às mesmas, pois as variações ocorridas podem apenas reflectir as consequências das acções associadas às políticas praticadas pela empresa ou a possíveis problemas que necessitam de intervenção por parte dos gestores.



3.1 – Estrutura de Gastos

Demonstrações de Resultados Sucessivas (Gastos de Exploração – Sintético)

Gastos de Exploração	Ano n		Ano n+1		Ano n+2	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CMVMC		a %		i %		q %
Fornecim. Serviços Externos		b %		j %		r %
Gastos com o Pessoal		c %		k %		s %
Perdas por Imparidade		d %		l %		t %
Reduções do Justo Valor		e %		m %		u %
Provisões		f %		n %		v %
Gastos de Deprec. e Amortiz.		g %		o %		x %
Outros Gastos/Perdas de Explor.		h %		p %		y %
TOTAL	W	100 %	Z	100 %	aa	100 %



3.1 – Estrutura de Gastos

O objectivo principal da análise de rendibilidade e risco dos capitais investidos consiste em determinar em que medida os recursos postos à disposição da empresa são eficientemente utilizados.

A análise de rendibilidade e risco é normalmente efectuada segundo duas vertentes:

- Rentabilidade Económica - em relação ao total dos capitais investidos, (Capital Próprio e Alheio);
- Rendibilidade Financeira - considerando o efeito e a composição das diversas fontes de financiamento da empresa e seus respectivos gastos.



3.2 – Teoria do Custo, Volume e Resultados (CVR)

A Teoria do Custo, Volume e Resultados (denominada na prática por Teoria do CVR) tem como principal objectivo explicar a evolução da Rendibilidade de Exploração através da análise das contas de Rendimentos, de Gastos e das relações existentes entre eles, face a alterações do nível de actividade.



3.2 – Teoria do Custo, Volume e Resultados (CVR)

São pressupostos, e limitações, desta teoria os seguintes aspectos:

- É sempre possível classificar os Gastos em Fixos e Variáveis e na directa dependência do nível de actividade;
- Os Gastos Fixos mantêm-se estáveis ao longo do tempo, independentemente do nível de actividade;
- Os Gastos Variáveis são rigorosamente proporcionais em relação ao nível de actividade;



3.2 – Teoria do Custo, Volume e Resultados (CVR)

Continuação...

- O Preço de Venda Unitário é estável ao longo do tempo;
- A gama de produção reduz-se a um único produto ou a vários produtos que variam em proporções constantes em relação à actividade;
- A Produção é igual às Vendas, ou seja, não há lugar à formação de *stocks* de produtos acabados ou em vias de fabrico.



3.2 – Teoria do Custo, Volume e Resultados (CVR)

Demonstração de Resultados segundo a Teoria do CVR

Rubricas	Ano n	
	Valor	%
Vendas		
Prestações de Serviços		
Outros Rendimentos de Exploração		
Total dos Rendimentos de Exploração	x	100 %
CMVMC		a %
Outros Gastos Variáveis		b %
Margem Bruta	y	c %
Gastos Fixos		d %
Resultado de Exploração	z	e %



3.2.1 - Ponto Crítico

O ponto crítico corresponde ao Volume de Actividade em que a empresa não tem lucro nem prejuízo de exploração, ou seja, o nível de actividade para o qual a empresa apresenta Resultado de Exploração nulo.

Sendo a Margem Bruta a diferença entre os Rendimentos de Exploração e os Gastos Variáveis, a empresa situa-se no Ponto Crítico quando esta é completamente absorvida pelos Gastos Fixos, ou seja, quando **Gastos Fixos = Margem Bruta**.

$$V_0 = \frac{\text{Gastos Fixos}}{1 - \frac{\text{Gastos Variáveis}}{\text{Vendas}}}$$



3.2.3 – Margem de Segurança (MS)

A Margem de Segurança exprime (em %) o distanciamento relativo do nível de actividade alcançado pela empresa (Volume) relativamente ao Ponto Crítico (V_0).

$$MS = \left(\frac{\text{Vendas}}{V_0} - 1 \right) \times 100$$



3.2.4 – Efeito e Grau Económico de Alavanca

O Grau Económico de Alavanca (GEA) indica em que medida uma dada variação das quantidades vendidas afecta o Resultado de Exploração, ou seja, determina a variação percentual ocorrida no Resultado de Exploração que resulta de uma variação percentual do Volume de Actividade.

$$\text{GEA} = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Exploração}}$$



Estudo de Caso

Considere-se o seguinte exemplo para a Empresa Omega:

Volume de Actividade	50.000
Gastos Variáveis	<u>25.000</u>
Margem Bruta	25.000
Gastos Fixos	<u>20.000</u>
Resultado de Exploração	<u>5.000</u>

$$V_0 = \frac{20.000}{1 - \frac{25.000}{50.000}} = 40.000$$

$$MS = \left(\frac{50.000}{40.000} - 1 \right) \times 100 = 25\%$$

$$GEA = \frac{25.000}{5.000} = 5$$



Estudo de Caso

Um aumento de 10% no Volume de Actividade, corresponde a um acréscimo de 5 x 10%, ou seja, de 50% no Resultado de Exploração.

	(inicial)	(+ 10% V)
Volume de Actividade	50.000	55.000
Gastos Variáveis	<u>25.000</u>	<u>27.500</u>
Margem Bruta	25.000	27.500
Gastos Fixos	<u>20.000</u>	<u>20.000</u>
Resultado de Exploração	<u>5.000</u>	<u>7.500</u>

$$\Rightarrow RE_{final} = 5.000 \times 1,5 = 7.500$$



Estudo de Caso

A este fenómeno que se traduz na variação não proporcional do Resultado de Exploração relativa a uma variação do Volume de Actividade, dá-se o nome de Efeito Económico de Alavanca e é proporcionado pela existência de Gastos Fixos.

Quando o Volume de Actividade aumenta, os Gastos Fixos existentes (e que não variam com esse aumento) vão diluir-se por uma maior quantidade vendida, promovendo o aumento de “resultados unitários”.



3.2.5 – Risco Económico

O Risco Económico traduz a probabilidade do Resultado de Exploração ser inadequado aos objectivos da empresa ou até mesmo negativo, ou seja, a probabilidade da empresa se situar num nível de actividade inferior ao Ponto Crítico.

Com base na Teoria do CVR podemos analisar o Risco Económico, e respectiva evolução, de uma forma qualitativa.



3.2.5 – Risco Económico

O Risco Económico é tanto maior quanto:

- Mais elevado for o Ponto Crítico;
- Mais baixa for a Margem de Segurança;
- Maior o Grau Económico de Alavanca.



Estudo de Caso

	N	N+1
Vendas	750.000	500.000
Gastos Variáveis	600.000	312.500
	MB	
	150.000	187.500
Gastos Fixos	89.000	137.500
	RE	
	61.000	50.000

Donde resultam os seguintes indicadores:

Ponto Critico	445.000	366.667
Margem Segurança	68,54%	36,36%
Grau Económico de Alavanca	2,46	3,75



3.3 - Rendibilidade e Viabilidade Económica

A Rendibilidade Económica (*Return on Investment* - ROI), Rendibilidade dos Capitais Totais ou Rendibilidade do Activo mede o rendimento do conjunto dos meios (Total de Capitais Próprios e Alheios) utilizados pela empresa para a prossecução da sua actividade.

$$\text{REA} = \frac{\text{Resultado Antes Juros e Impostos}}{\text{Activo Líquido}}$$



3.3 - Rendibilidade e Viabilidade Económica

O REA constitui um importante indicador de *performance* da empresa, habitualmente comparado ao Custo Médio do Capital Alheio (k_d) a fim de se analisar o efeito financeiro de alavanca nos seguintes termos:

REA > k_d : a alavanca financeira é positiva. A empresa pode aumentar a sua rendibilidade financeira (do capital próprio) recorrendo a capitais alheios.

REA < k_d : a alavanca financeira é negativa (não convém o aumento do endividamento).



3.3 - Rendibilidade e Viabilidade Económica

O REA pode ainda ser comparado com o Custo Médio do Capital Total (km) a fim de se analisar a criação de valor para o accionista nos seguintes termos:

REA > km: Há criação de Valor para o Accionista (a rendibilidade gerada pela actividade da empresa cobre e supera os gastos suportados com as fontes de financiamento totais);

REA < km: Há destruição de Valor para o Accionista.



3.4 - Rendibilidade e Viabilidade Financeira

A Rendibilidade Financeira (*Return on Equity* - ROE) ou Rendibilidade do Capital Próprio (RCP) mede a eficácia com que as empresas utilizam os capitais pertencentes aos sócios ou accionistas e o valor obtido representa o equivalente à taxa máxima de remuneração obtida pelo Capital Próprio aplicado.

$$\text{RCP} = \frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$$

3.4 - Rendibilidade e Viabilidade Financeira



Quanto mais elevado for o valor da RCP, tanto mais atraente será a empresa para os investidores, contudo, um valor elevado pode resultar de níveis insuficientes de Capital Próprio.

A RCP pode ser comparada com as taxas de juro de investimentos alternativos, a fim de se avaliar a sua atractividade.



3.4 - Rendibilidade e Viabilidade Financeira

Desdobrando o cálculo da RCP:

$$\frac{RL}{\text{Volume Vendas}} \times \frac{\text{Volume Vendas}}{\text{Activo}} \div \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo}}$$

Temos:

$$\text{Vendas} \times \text{Rotação do Activo} \div \text{Autonomia Financeira}$$



3.4.1 - Efeito e Grau Financeiro de Alavanca

O Grau Financeiro de Alavanca (GFA) determina a variação percentual que ocorre no Resultado Líquido em resultado de uma variação percentual do Resultado de Exploração.

$$\text{GFA} = \frac{\text{Resultado de Exploração}}{\text{Resultado Antes de Impostos}}$$



Estudo de Caso

Considere-se na continuação do anterior exemplo:

	(inicial)	(+ 10% RE)	Δ
Resultado de Exploração	50.000	55.000	5.000
Outros Rendimentos	12.550	12.550	-
Outros Gastos	3.450	3.450	-
Resultado Antes de Juros e Impostos (RAJI)	<u>59.100</u>	<u>64.100</u>	<u>5.000</u>
Juros e Gastos Similares de Financiamento	7.980	7.980	-
Resultados Antes de Impostos (RAI)	<u>51.120</u>	<u>56.120</u>	<u>5.000</u>
Imposto sobre o Rendimento (25 % IRC)	<u>12.780</u>	<u>14.030</u>	
Resultado Líquido	38.340	42.090	

$$GFA = 50.000/51.120 = 0,9781$$

$$RL_{\text{final}} = 38.340 \times 1,09781 = 42.090$$



3.4.2 - Risco Financeiro

Numa perspectiva económica, o Risco Financeiro traduz a probabilidade da empresa não conseguir resultados suficientes para cobrir os seus Juros e Gastos Similares de Financiamento, implicando a obtenção de um Resultado Antes de Impostos negativo.

O Risco Financeiro é tanto maior quanto maior for o Grau Financeiro de Alavanca, dado que um valor mais elevado deste indicador reflecte uma maior sensibilidade do Resultado Líquido face a variações do Resultado de Exploração.

O GFA surge assim como um indicador do Risco Financeiro.

3.5 – Interligação entre Rendibilidade Económica e Financeira



Atendendo ao exposto nos pontos anteriores, é fácil constatar a existência de uma relação estreita entre:

- A Rendibilidade Económica (por via do Resultado de Exploração);
- A Rendibilidade Financeira (por via do Resultado Líquido) e entre esta e;
- Os Juros e Gastos Similares de Financiamento.

3.5 – Interligação entre Rendibilidade Económica e Financeira



Logo, podemos analisar estas relações a fim de determinar qual a composição óptima das Origens de Fundos, em termos de Capital Próprio e Capital Alheio.

Dá-se o nome de Efeito Financeiro de Alavanca ao fenómeno que permite a melhoria da Rendibilidade Financeira através de uma utilização adequada do Capital Alheio, especificamente, dos Financiamentos a Médio Longo Prazo.

3.5 – Interligação entre Rendibilidade Económica e Financeira



O denominado Método Aditivo ou do Efeito de Alavanca, permite determinar a composição óptima das Origens de Fundos em termos de Capital Próprio e Alheio, possibilitando saber, a partir do valor da Rendibilidade Económica, se é ou não aconselhável recorrer a maiores níveis de endividamento.

$$RCP = \left[REA + \frac{P}{CP} \times (REA - Kd) \right] \times (1 - t)$$



Estudo de Caso

A Empresa Alfa adquire um equipamento produtivo (Activo) no montante de 50.000€ que lhe permite obter um Resultado Antes de Juros e Impostos (RAJI) no primeiro ano de 9.000€, ou seja, uma Rendibilidade Económica de 18% ($REA = 9.000/50.000 = 18\%$).

A empresa dispõe (em Capital Próprio) de 50% do valor do equipamento e decide recorrer a um empréstimo bancário para se financiar dos restantes 50%. O Banco A concede-lhe o empréstimo a 4 anos, sujeito a 10% de juros anuais.



Estudo de Caso

Considerando uma taxa de impostos sobre lucros de 25%, a Rendibilidade Financeira esperada é de:

$$RCP = \left[0,18 + \frac{25.000}{25.000} \times (0,18 - 0,1) \right] \times (1 - 0,25) = 19,5\%$$

E se, em alternativa, a empresa solicitasse um empréstimo no montante de apenas 30% do valor do equipamento, a Rendibilidade Financeira esperada baixaria para:

$$RCP = \left[0,18 + \frac{15.000}{35.000} \times (0,18 - 0,1) \right] \times (1 - 0,25) = 16,1\%$$



Estudo de Caso

Mas se a empresa solicitasse um empréstimo no montante de 70% do valor do equipamento, a Rendibilidade Financeira esperada aumentaria para:

$$RCP = \left[0,18 + \frac{35.000}{15.000} \times (0,18 - 0,1) \right] \times (1 - 0,25) = 27,5\%$$

3.5 – Interligação entre Rendibilidade Económica e Financeira



Deste modo, a avaliação das alternativas de financiamento devem ser analisadas com base no diferencial entre a Rendibilidade Económica (REA) e o Custo do Capital Alheio (k_d), nos seguintes termos:

$REA > k_d$

O Efeito Financeiro de Alavanca é positivo. Quanto maior for o peso do Passivo (P) em relação ao Capital Próprio (CP), maior a RCP. O aumento do endividamento beneficia (aumenta) a RCP;

3.5 – Interligação entre Rendibilidade Económica e Financeira



REA = kd

O Efeito Financeiro de Alavanca é nulo. A composição das Origens de Fundos não influencia a RCP. A Rendibilidade Financeira é igual à Rendibilidade Económica deduzida do efeito fiscal;

REA < kd

O Efeito Financeiro de Alavanca é negativo. Quanto maior for o peso do Passivo (P) em relação ao Capital Próprio (CP), menor a RCP. Não é aconselhável o endividamento, dado que o aumento do mesmo prejudica (reduz) a RCP.



3.5.1 – Efeito Combinado de Alavanca

O Efeito Combinado de Alavanca, consiste no cruzamento entre o Efeito Económico de Alavanca e o Efeito Financeiro de Alavanca e traduz-se numa variação não proporcional do Resultado Líquido face a variações ocorridas no Volume de Actividade.

O Grau Combinado de Alavanca (GCA) quantifica o Efeito Financeiro de Alavanca e determina a variação percentual ocorrida no Resultado Líquido em resultado de uma variação percentual do Volume de Actividade.



3.5.1 – Efeito Combinado de Alavanca

$$GCA = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado de Exploração}} \times \frac{\text{Resultado de Exploração}}{\text{Resultado Antes de Impostos}}$$

Ou seja:

$$GCA = \frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Antes de Impostos}}$$



Estudo de Caso

Retomando o Caso:

		N	N+1
Vendas		500.000	550000
Gastos Variáveis		312.500	343750
	MB	187.500	206.250
Gastos Fixos		137.500	137.500
	RE	50.000	68.750
REE		9.100	9.100
	RAJI	59.100	77.850
GFF		7.980	7.980
	RAI	51.120	69.870
IR		12.780	17.468
	RL	38.340	52.403



Estudo de Caso

Donde resulta:

Grau económico de Alavanca	3,75
Grau Financeiro de Alavanca	0,98
Grau Combinado de Alavanca	3,67

Note-se que a variação percentual de 10% das vendas x $GCA = 36,7\%$, e

Variação do Resultado Líquido de $(52.403 - 38340) / 38340 = 36,7\%$.



3.5.2 - Risco Global

O Risco Global, combina o Risco Económico e o Risco Financeiro e traduz a probabilidade dos resultados da empresa não atingirem o nível adequado ao cumprimento dos seus principais objectivos. Este será tanto maior quanto maior for o Grau Combinado de Alavanca.